

A Rede das Margaridas da CPLP¹ e a ACTUAR² organizam a Roda de Conversa “Mulheres e Alimentação: Da Produção ao Consumo”

Dia 7 de Novembro de 2018, das 14:30 às 17:30 horas

Escola Superior Agrária de Coimbra - Auditório H1

1. Introdução

No contexto do Ano Internacional da Mulher Rural, da celebração do Dia Internacional da Mulher Rural (15 de Outubro) e na véspera da entrada em vigor da Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar (2019-2028), ainda é uma constante a invisibilidade nos espaços de debate - académicos ou não, de governança e de tomada de decisões - acerca da centralidade do papel das mulheres para a realização do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas (DHANA).

Diante desse cenário, faz-se necessário criar novos espaços de discussão para refletir sobre estratégias de valorização do protagonismo das mulheres, em particular, na área alimentar, da produção ao consumo.

¹ A Rede das Margaridas da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (Rede das Margaridas da CPLP) visa chamar atenção à urgência e papel prioritário que tem de ser devotado ao reconhecimento e à merecida valorização das ações estratégicas das mulheres rurais para a realização do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas (DHANA) e para a promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. A rede atua como uma facilitadora para apoiar a participação das lideranças de mulheres rurais nos espaços de governança e no sentido de visibilizar, articular e fortalecer a luta pelos direitos das mulheres como medida prioritária para a erradicação da pobreza e estratégia para o desenvolvimento socioeconómico efetivo sustentável.

² A ACTUAR – Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento é uma pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos, apartidária e laica, fundada no ano de 2007, em Coimbra. Desde 2008, é reconhecida como Organização Não-Governamental de Desenvolvimento (ONGD). A ACTUAR tem vindo a trabalhar em áreas relacionadas com o desenvolvimento rural sustentável, a segurança alimentar e nutricional (SAN) e o Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas (DHANA). Neste trabalho, abrangente e interdisciplinar, enquadram-se áreas temáticas específicas como: Agricultura Sustentável; Políticas Públicas (Educação, Saúde, Agricultura), Governança do sistema agroalimentar, Desenvolvimento Rural e Territorial, Tecnologias Sociais, Igualdade de Género, Alimentação e Nutrição, Biodiversidade e Conhecimentos Tradicionais associados. A ONGD assume como principais objetivos a promoção do desenvolvimento socioeconómico efetivo, o combate à pobreza e a proteção e promoção dos Direitos Humanos. Sob um prisma holístico, visa contribuir para a eliminação de todas as formas de exclusão social e desigualdade, garantindo a todos e todas os seus direitos fundamentais, promovendo a igualdade de género e privilegiando o fortalecimento das capacidades de grupos sociais mais vulneráveis à insegurança alimentar e aos efeitos das alterações climáticas.

Agentes de desenvolvimento sócioeconómico efetivo, as mulheres rurais representam mais de 50% da força de trabalho na agricultura familiar a nível mundial e são, assim, as maiores responsáveis pela chegada do alimento à mesa das pessoas. As produtoras de alimentos carregam consigo saberes tradicionais empíricos de valor inestimável para a sociedade e atuam como promotoras e guardiãs da biodiversidade.

Da perspectiva do consumo, a mulher urbana desempenha uma função social igualmente fundamental, a da produção e reprodução dos meios de vida que é também desvalorizada e muitas vezes não remunerada. Nesse sentido, para além de desempenhar a sua profissão, é-lhe socialmente atribuída a tarefa de cuidar da alimentação da sua família, desde a aquisição à preparação dos alimentos.

Contudo, dadas as discriminações de género e as relações de poder geradas numa construção social baseada no patriarcado e no capitalismo, tanto a mulher rural como a mulher urbana têm dificuldades estruturais no acesso aos seus direitos humanos. Desse modo, paradoxalmente à sua centralidade para a realização do DHANA e para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, elas estão mais vulneráveis à pobreza, que por sua vez, é uma condição que alimenta as estruturas de desigualdade vigentes.

2. Objetivos:

- **Reunir as vozes protagonistas desta narrativa** que tem a alimentação como tema transversal: mulheres rurais produtoras de alimentos, representantes das Organizações e iniciativas da Sociedade Civil, mulheres urbanas integrantes de grupos de consumo e investigadoras;
- **Promover a reflexão** através da partilha das suas experiências e diferentes perspectivas, acerca dos seus maiores desafios e pensar em soluções conjuntas para superá-los.
- **Consensualizar demandas** a serem incluídas na luta pelos direitos das mulheres rurais e urbanas nas agendas políticas dos Estados;
- **Refletir sobre abordagens para a promoção do empoderamento** das mulheres rurais e urbanas como agentes de desenvolvimento estratégicas para a realização do DHANA e da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional;

- **Dialogar estratégias de envolvimento** das mulheres rurais e urbanas na luta pela promoção dos direitos das mulheres nos espaços de governança e nos processos de tomada de decisão.
- **Articular a inclusão** das mulheres rurais e urbanas nos espaços de governança e processos de tomada de decisão.

3. Metodologia

A Rede das Margaridas da CPLP e a ACTUAR com apoio da Realimentar³ e da FIAN Portugal⁴, promovem uma Roda de Conversas informal, aberta ao público, com a participação de convidadas⁵. Cada oradora terá a oportunidade de individualmente partilhar a sua experiência na área da alimentação por até 10 minutos e logo após todas terem finalizado as suas respectivas falas, se iniciará um debate entre todas e todos presentes, incluindo a plateia.

³ A ReAlimentar é uma Rede da Sociedade Civil que tem por objetivo principal influenciar os processos de formulação e tomada de decisão sobre políticas públicas, nacionais e internacionais, que digam respeito à Soberania e Segurança Alimentar. A Rede Portuguesa pela Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (ReAlimentar) constitui um espaço de diálogo, debate, de articulação de esforços, recursos e ações para a intervenção nos processos de formulação e tomada de decisão sobre políticas públicas nacionais e internacionais relacionadas com a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação. A ReAlimentar nasce por um conjunto de organizações considerarem que as aspirações e necessidades da maioria daqueles que produzem, distribuem e consomem os alimentos não têm estado no centro das políticas agrícolas, alimentares e comerciais e que existe a necessidade de uma mobilização e intervenção social mais activa nestes temas.

⁴ A FIAN (originalmente FoodFirst Information and Action Network) é uma organização internacional de direitos humanos que faz campanha para a realização do direito à alimentação em todo o mundo. A FIAN Internacional foi fundada em 1986 e actualmente tem secções nacionais em África, Ásia, América Latina e Europa, e conta com membros de mais de 50 países diferentes. O trabalho da FIAN baseia-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos e outros instrumentos internacionais de direitos humanos. A FIAN é uma organização sem fins lucrativos, sem qualquer afiliação religiosa ou política e possui estatuto consultivo junto das Nações Unidas. A FIAN Portugal constitui-se como a delegação portuguesa da FIAN Internacional, tendo sido fundada em Setembro de 2017, sob o estatuto de associação sem fins lucrativos, funcionando de acordo com o mandato da FIAN Internacional, tal como estabelecido nos seus Estatutos.

⁵ Programa final a ser divulgado na próxima semana.